



ATA Nº 10/2022

Aos 14 dias do mês de junho de 2022, no grande auditório do Centro Multimeios de Espinho, reuniu-se, para a primeira reunião da terceira sessão ordinária do ano 2022, a Assembleia Municipal de Espinho presidida pelo Primeiro Secretário Guilhermino Pedro de Sousa Pereira e secretariada por Rosa Martins Freitas Duarte e por Isabel Maria Pinhal Resende, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Assuntos agendados para o período de antes da ordem do dia;
2. Deliberar sobre a 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal 2022;
3. Designação de Cidadão Eleitor para representação da Assembleia Municipal na CPCJ de Espinho;
4. Tomar conhecimento da atividade levada a cabo pela CPCJ de Espinho em 2021;
5. Deliberar sobre propostas que visam prosseguir as atribuições da Autarquia;
6. Deliberar sobre a adenda ao Protocolo de Colaboração entre o Município de Espinho e a Associação Humanitária Bombeiros Voluntários do Concelho de Espinho
7. Aprovar as atas;
8. Apreciar a informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade Municipal

A reunião iniciou-se às 21h30 dado que, à hora inicialmente designada, não se encontrava presente a maioria do número legal de membros desta Assembleia.

Foi verificada a presença dos membros António José Nunes Teixeira Lopes, Maria Alexandra Flôr de Pinho da Silva Bastos, Álvaro Paulo Alves Leite, Abel Jorge Correia dos Santos, António Manuel Pinto de Oliveira, Nuno Antonio Almendra Monteiro Martins, Beatriz Manso Preto Loureiro, Hermínio José Figueiredo Martins da Cunha, Filipe Alexandre Perdigão Carvalho Pinto, e dos Presidentes da Junta da União de Freguesias de Anta e Guetim - Nuno Pinto de Almeida, da Junta de Freguesia de Espinho - Vasco José Carvalho Alves Ribeiro, da Junta de Freguesia Paramos - Manuel de Oliveira Dias e da Junta de Freguesia de Silvalde - José Carlos da Silva Teixeira.

Foi dada nota do pedido de substituição dos membros Joana Raquel da Silva Devezas por José Manuel Alves Novo, Ana Paula Africano de Sousa e Silva por Manuel Augusto

Gomes Novais, João Humberto Santos Cunha Bastos por António Augusto Camilo, José Adolfo Carvalho Rocha por Fernanda Maria Guedes Bastos, Jorge Eduardo da Nave Pina por António Marques Azevedo, Teresa Manuel Dias Leite de Carvalho e Magalhães por Graça Hermínia Conceição Dias Pereira, Ana Cecília Alves de Campos Lopes de Rezende por Jorge Manuel de Oliveira Carvalho e de João Paulo do Couto Matos por José Dinis Moreira Campos Pinto.

A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, Adelino Miguel Lino Moreira Reis. Estiveram também presentes os Senhores Vereadores Maria Manuel Barbosa Cruz, Leonor Cristina da Costa Matos Lêdo da Fonseca, Maria de Lurdes Santos Ganicho, João Manuel Oliveira Passos e Hélder Manuel Freitas Leitão Rodrigues.

Verificado o quórum, o Presidente da Assembleia em exercício declarou aberta a reunião, referindo que estava a ser transmitida em direto, e, com a concordância do plenário, iniciou a reunião com o ponto 3 da Ordem de Trabalhos, tendo dado a palavra à Presidente da CPCJ de Espinho, Enfermeira Sandra Almeida, para apresentar o documento e prestar esclarecimentos quanto à atividade desenvolvida pela Comissão em 2021.

Paulo Leite (PSD) interveio para agradecer à CPCJ, na pessoa da sua Presidente, a apresentação efetuada e pelo trabalho que desenvolviam. Deixou público reconhecimento da qualidade daquele trabalho e da sua pertinência e utilidade nas comunidades.

A reunião continuou com o primeiro ponto da ordem de trabalhos, tendo sido apresentados os seguintes documentos

Jorge Carvalho (CDU): "Moção Carestia de Vida: Segundo dados do INE publicados no passado dia 31 de maio, verificou-se um aumento de 8% de variação homóloga no mês de Maio e 5,6% de inflação acumulada desde o início do ano, tendência que já se fazia notar desde 2019 /2020. Estes dados confirmam o impacto da subida da generalidade dos preços, que não foi acompanhada do aumento real e efectivo dos salários e pensões, resultando numa perda de poder de compra, com particular incidência nos bens energéticos e nos bens alimentares, cuja pandemia e agora a guerra não são a sua real causa. Ou seja, em face de tais dados o OE aprovado em 27



de Maio já se mostra desajustado e incapaz de fazer face à situação económica dos portugueses e do país. Urge assim a adopção de medidas que contenham o aumento e a especulação desenfreada dos preços, através da imposição de preços máximos de comercialização e da criação de um cabaz de bens essenciais, bem como a actualização de salários e pensões por forma a controlar a inflação e a repor o poder de compra dos portugueses. A Assembleia Municipal de Espinho, reunida em 14 de Junho de 2022, delibera: 1. Expressar a sua preocupação pela subida descontrolada da generalidade dos preços, com especial incidência nos bens energéticos e alimentares. 2. Apelar ao Governo e aos Grupos Parlamentares que legislem, rapidamente, para que sejam estabelecidos preços máximos de comercialização dos bens energéticos (combustíveis, gás e electricidade). 3. Recomendar ao Governo e Grupos Parlamentares a criação de um “cabaz de compras” de bens essenciais e, bem assim, o aumento de salários e pensões.”

Paulo Leite (PSD) referiu que aquela moção merecia o acolhimento de uma forma genérica, sendo que todos sabiam a razão da subida descontrolada da generalidade dos preços com especial incidência nos bens energéticos e alimentares que estava ligada com a invasão de um país por outro. Que apelar ao governo e aos grupos parlamentares que legislassem rapidamente, devia ser feito com algum cuidado. Sobre recomendar o aumento de salários e pensões, disse que, quando se tratava de inflação, o aumento dos salários também teria consequência no aumento da inflação, mas que era necessário arranjar uma forma que permitisse repor rendimentos, mas não como a proposta pelo Primeiro-ministro pedindo aos empresários para aumentar os trabalhadores em 20% e aumentando a função pública em 0,9%. Que a subida galopante dos preços dos combustíveis e energia também se devia à inflação e que todos viam o que o governo PS fazia àquele respeito, continuando a olhar para o lado, sendo incapaz de implementar uma medida como a tomada pela vizinha Espanha em que nos abastecimentos de combustível, dava-se 0.20 € por litro sem qualquer tipo de complicações. Que aquele documento era pertinente, mas deixava algumas dúvidas que gostava de ver esclarecidas pelo proponente.

Jorge Carvalho (CDU) esclareceu que propunham atuar em 3 vertentes, impedir uma escalada excessiva de preços, o problema dos combustíveis e aumentar o poder de compra. Que obviamente a guerra servia de pretexto para a especulação, a começar pelos combustíveis porque os contratos eram feitos pelo menos ao ano e o mercado

estava sempre a favor dos mais poderosos. Disse que o aumento dos salários não significava necessariamente mais inflação, porque, naquele momento, serviria para as pessoas poderem comprar os mesmos bens que compravam antes e que agora estavam a um preço mais elevado.

Paulo Leite (PSD) disse que quando aumentava a quantidade de moeda em circulação, aumentava a inflação porque para o mesmo valor, em termos monetários, continuava a existir a mesma quantidade de bens, fazendo que, com mais dinheiro em distribuição, se comprasse menos. Fez notar que a guerra não servia de pretexto, era mesmo pretexto e estava a acontecer e que o governo estava a tentar passar a culpa do aumento dos preços dos combustíveis para as petrolíferas, iludindo as pessoas, e que todos sabiam qual era o peso dos impostos no preço. Disse que a CDU defendia a Rússia e que consideravam que não estava a fazer nada de errado naquele conflito. Que, durante alguns anos, a CDU, o BE e o PS governaram com uma geringonça em que todas as críticas constantes daquele documento já existiam.

Jorge Carvalho (CDU) protestou e referiu que a CDU não estava a favor da Rússia, sendo certo que não estavam a favor da Ucrânia, dado ter proibido o partido comunista e 11 partidos de funcionar naquele país, prendendo o comité central do partido comunista clandestino da juventude. Que tinham uma polícia política que prendia sem julgamento, sem se saber para onde iam os presos. Que o partido comunista estava contra o regime ditatorial e protofascista em vigor na Ucrânia.

Teixeira Lopes (PS) disse que Portugal pertencia a UE e que a sua política económica e financeira era determinada pela política económica da UE para o melhor e para o pior e que a inflação portuguesa, segundo os últimos dados era de 8.1%, abaixo de algumas economias mais fortes, acontecendo o mesmo com o PIB. Disse que o PS estava preocupado com a situação da guerra na Europa, com as consequências humanitárias, mas também económicas, sociais e políticas. Fez notar que as eleições, em Portugal, realizaram-se há pouco tempo e que a maioria do povo português manifestou a sua confiança à política que o PS prometeu realizar. Que para países como Portugal a inflação era um grande risco, dali o governo ter dúvidas sobre a política que devia pôr em prática. Que o PS abster-se-ia naquela moção, sendo que não tinha dúvidas que mais cedo ou mais tarde o governo seria obrigado a tomar uma posição, sendo que a decisão tomada e as coisas que se procuraram corrigir, devido à



rapidez com que as coisas de movimentavam, amanhã já estaria errado e precisaria de correção.

Votação: aprovado com 2 votos a favor e 23 abstenções

Declarações de voto:

Jorge Carvalho (CDU) "A CDU verifica que perante o sofrimento da população que não consegue abastecer os automóveis, não consegue comprar os bens necessários, não consegue ter um salário capaz, esta Assembleia mostra-se indiferente e abstém-se porque acha que não tem nada a ver com a carestia de vida. O povo ficava a saber que PS, PSD e os 4 presidentes das Juntas de Freguesia entendiam que não estavam mal com a carestia de vida"

Paulo Leite (PSD) "Não é verdade que o PSD seja insensível, mas não podiam votar a favor de um documento que, apesar de genericamente estar bem, fala em coisas que devem ser devidamente contextualizadas e o documento deve ser devidamente preparado. Não se pense que a CDU é o baluarte da defesa dos trabalhadores, já esteve a fazer parte de um governo muito tempo e viu-se o que conseguiu fazer sobre isso, viu-se as greves que não se faziam e agora começavam a fazer-se e a CDU nem sempre está nessa defesa tão reigada como aqui acaba de dizer. O PSD desde sempre defendeu o povo português e sempre pugnamos por fazer uma governação responsável com o objetivo de dar aos portugueses a melhor qualidade de vida possível, que não vinha só com medidas isoladas. Estamos a favor que era preciso manifestar preocupação, mas não estamos tanto a favor sobre as propostas feitas"

Jorge Carvalho (CDU): "Saudação (Cidade de Espinho, 1973 - 2022): A Cidade de Espinho festejará no dia 16 de junho de 2022 o seu 49º aniversário. Nesta data festiva, lembramos os momentos históricos que, numa viagem rápida na História e dinâmica nas vontades, tornaram possível a elevação a Cidade e que se plasmaram em grandes movimentações sociopolíticas no Lugar, na Freguesia, na Vila, no Concelho da futura Cidade de Espinho: 1877 – Criação da Irmandade de N^a S^a da Ajuda, que autonomizou Espinho da paróquia de Anta; 1889 – Independência em relação às freguesias de Ovar e de Anta, onde, pela ordem cronológica respetiva, Espinho esteve inserido como Lugar; 1891 – Criação da Freguesia de Espinho; 1899 – Criação do Concelho de Espinho; 1926 – Afetação das freguesias de Anta, Guetim,

Paramos, Silvalde, Esmoriz, Oleiros e Nogueira da Regedoura ao Concelho de Espinho; 1928 – Desanexação das freguesias de Esmoriz, Oleiros e Nogueira da Regedoura ao Concelho; 1973 – Elevação da vila de Espinho a Cidade. Nunca esquecendo os primeiros testemunhos objetivos de vida no Concelho, revelados pelo Castro de Ovil (século IV-III AC) e as posteriores alterações administrativas constituídas, positivamente, pela elevação a vila de Anta (1993) e de Silvalde (2003) e, anacronicamente, pela extinção da freguesia de Guetim, lembra-se todos os Espinhenses que, através de um fortíssimo e resiliente movimento associativo, cultural, social e político, provocaram esta ascensão muito rápida de um pequeno abrigo piscatório temporário a freguesia, a Concelho e a Cidade. Os Espinhenses só podem orgulhar-se do seu passado. Espinho hoje atravessa grandes e graves desafios. Debaixo de uma visão autárquica que sacrificou os interesses públicos ao poder económico e que se municiou com uma lógica exclusiva e mesquinamente eleiçoeira, Espinho expulsou jovens e população ativa do Concelho – através da especulação imobiliária, da cedência aos grandes interesses financeiros e da diminuição de postos de trabalho – e colocou o Concelho e a Cidade em rota de regressão, com a perda de serviços, de centralidade regional, de vida social. Sem definir o tipo de mobilidade interna desejável para a Cidade, sem tomar as adequadas, atempadas e, se necessário, corajosas medidas para definir e assegurar entradas e saídas apropriadas aos fluxos de trânsito, sem adaptar as grandes obras onde investiu à realidade social da maioria dos espinhenses, mas sim à vontade de um poder económico especialmente retrógrado, Espinho está prestes a abrir parques de estacionamento no centro da Cidade, sem vias eficazes para lá se chegar ou de lá se sair, em contradição com o simultâneo apelo à locomoção suave – ciclável (inadaptada à faixa etária da maioria da sua população e ao relevo acentuado da zona nascente da Cidade) ou pedestre – ou com as dificuldades propositadamente colocadas ao trânsito automóvel. Quem quiser deixar o automóvel fora da Cidade não tem transportes que o complementem e o espaço de estacionamento limítrofe vai-se reduzindo, como é o caso do parque do Rio Largo. O enterramento da linha em tamanho reduzido deixou a zona sul emparedada, com a única saída possível da Cidade comprometida. Em plena confusão de entrada no funil dos acessos espinhenses, plantou-se uma nova superfície comercial, cujos efeitos já se fazem sentir perigosamente na A29, mesmo fora da faixa de saída para Espinho. A um ano do Cinquentenário da Cidade parece plausível poder constituir programa das festividades da próxima efeméride uma grande reflexão geral do Concelho, mobilizadora das populações, para resolução dos graves problemas



atuais e para definição das linhas orientadoras com que Espinho quer enfrentar o futuro. Embora sob pesadas nuvens escuras, esse mesmo futuro será certamente abordado com a dinâmica e com a sagacidade que os nossos antepassados tão bem souberam pôr ao serviço público da Cidade e do Concelho. A Assembleia Municipal de Espinho, reunida a 14 de junho de 2022, saúda todos os Espinhenses nestes 49 anos da Cidade de Espinho, lembrando o exemplo de tantos homens e mulheres que nos antecederam e que souberam pôr os interesses de Espinho em primeiro lugar, oferecendo-nos o Concelho e a Cidade que hoje somos, inspirando-nos o futuro que deveremos construir.”

Paulo Leite (PSD) disse que parecia que estava a anunciar a morte da cidade e do concelho de Espinho, com tantas coisas más. Não via onde estava a confusão criada pela nova superfície comercial e sobre os parques de estacionamento que estavam para abrir, trabalho da Câmara do PSD, não era verdade que não havia vias eficazes, dado que houve melhorias. Disse que havia ali considerações que nada tinham a ver com a vontade de festejar o dia da Cidade e não se percebia qual era o fio condutor do documento.

Jorge Carvalho (CDU) esclareceu que a primeira regra de um documento era que a votação incidia sobre a parte deliberativa. Que lhe pareceu pouco falar apenas em saudar o aniversário, sem falar de algumas coisas que necessitavam de serem melhoradas, como os acessos à cidade em que se viam engarrafamentos permanentes. Que os acessos até aos parques de estacionamento eram difíceis. Que os prédios não tinham lugares de garagem suficientes para os carros de um agregado familiar, ou as rampas com declive demasiado acentuado, levavam a que os carros ficassem estacionados nas ruas. Disse que o documento não era uma crítica, mas um alerta de problemas aos quais era preciso estar atentos. Que a maioria da população em Espinho era de terceira idade e não podia andar de trotinete, sendo que havia um desfasamento entre a população existente e os objetivos trazidos para Espinho.

Alexandra Bastos (PSD) disse que o documento não era claro, sendo que o título era saudação, mas no seu conteúdo apresentavam-se recomendações. Disse que não se percebia qual era a política de mobilidade da CDU para Espinho. Que a cidade ainda estava em obras e teriam de aguardar para que tudo estivesse a funcionar. Que enquanto políticos competia-lhes apresentar as suas políticas de mobilidade e ao cidadão optar por o que devia fazer, andar de carro, de bicicleta ou a pé.

Abel Santos (PSD) disse que para a saudação bastaria a parte deliberativa que nunca seria pouco, mas, não resistiu à tentação de aproveitar aquele dia de aniversário da cidade para levantar questões e um cenário demasiado negro que não correspondia à realidade. Disse que as superfícies comerciais juntam das habitações não tinham só desvantagens, dado que permitia lá ir a pé. Quanto à referência à extinção da freguesia de Guetim, disse que tinham de ser rigorosos, porque tinham sido extintas as duas freguesias, a de Anta e a de Guetim, agora União de freguesias de Anta e Guetim.

Teixeira Lopes (PS) disse que aquele documento procurava mostrar as vicissitudes que o concelho de Espinho teve ao longo da sua existência. Que, com a comemoração dos 49 anos da cidade, comemoravam o nascimento de um novo aglomerado urbano porque se pensassem no que era Espinho antes de 1900 e atualmente verificariam que houve uma série de alterações umas mais progressistas e outras mais conservadoras das influências das vicissitudes políticas económicas e sociais. Que alguns dos considerandos do documento podiam produzir uma reflexão necessária e era certo que não votavam considerandos, mas sim a parte deliberativa. Que havia alguns aspetos recentes que desfiguraram a cidade, mas que continuava com a sua traça e apresentava condições de modernidade.

Alexandra Bastos (PSD) disse que, no documento apresentado, devia ser retirado tudo depois da frase "*Os Espinhenses só podem orgulhar-se do seu passado.*" E que na parte deliberativa não podiam saudar apenas os homens e mulheres que os antecederam, não podiam esquecer aqueles que num passado presente, no presente e no futuro, fizeram e fariam muito por Espinho

Jorge Carvalho (CDU) disse que na parte deliberativa estavam a lembrar o exemplo de quem já fez alguma coisa, tendo a certeza de que havia gente que ainda não tinha nascido e que faria muito por Espinho. Relativamente a retirar o texto do documento, perguntou se não consideravam que era importante preparar os 50 anos para fazer uma reflexão sobre o concelho, ponderar os problemas existentes e enfrentar o futuro. Que as pessoas se queixavam constantemente de não conseguir viver em Espinho pelo facto dos preços serem muito elevados, levando os jovens para os concelhos limítrofes, parecendo que ao PSD agradava o facto de só poder ficar a elite em Espinho. Que cada vez mais Espinho se transformava numa cidade-dormitório devido ao encerramento das grandes empresas que ali existiram e encerramento de serviços



como a estação de distribuição de correios, a EDP. Desafiou a vogal Alexandra Bastos a ir estacionar o seu automóvel no parque da antiga Brandão Gomes para verificar se lá chegaria com facilidade.

Alexandra Bastos (PSD) referiu que ainda hoje se tinha deslocado de carro da Rua 26 a aquele local e chegou sem qualquer problema. Que houve um constrangimento do trânsito devido às obras que se efetuaram, mas que naquele momento estava aliviado e reposto. Que o PSD tinha preocupações sociais e no âmbito da habitação e da habitação para jovens, mas eram problemas que não eram fáceis de resolver.

Votação: aprovado por unanimidade

Declaração de voto

Paulo Leite (PSD): "O PSD decidiu votar favoravelmente esta saudação, não obstante estar inquinado de todas as questões que colocaram, mas seguindo o princípio do que o essencial é votar a deliberação, ou seja, saudar todos os espinhenses nestes 49 anos da Cidade de Espinho, naturalmente que só poderiam votar a favor dando notar que as questões que aqui abordamos não merecem o nosso acordo".

Jorge Carvalho (CDU): "Saudação: Dia Mundial da Criança: No passado dia 1 de Junho comemorou-se o Dia Mundial da Criança. Esta efeméride assinalou-se pela primeira vez em 1950 por iniciativa da ONU, com o objectivo de chamar a atenção para os problemas que as crianças então enfrentavam, decorrentes da II Guerra Mundial. Neste dia, os Estados-Membros reconheceram que todas as crianças, independentemente da raça, cor, religião, origem social, país de origem, têm direito a afecto, amor, compreensão, alimentação adequada, cuidados médicos, educação gratuita, protecção contra todas as formas de exploração e a crescer num clima de paz e fraternidade. Foi há 72 anos, mas muito ainda há a fazer em matéria de não discriminação, combate à pobreza e contra todas as formas de exploração de que as crianças são alvo. Assinalar o Dia da Criança não se resume a uma efeméride comemorada com festividades e iniciativas lúdicas de um dia, mas antes alertar para a necessidade de alargar os direitos da maternidade e paternidade, para a necessidade de criação de uma rede pública de creches, para a necessidade de implementação prática de programas de habitação digna a preços controlados, para a necessidade de garantir médico e enfermeiro de família a todas as crianças, para a necessidade de

compatibilização dos horários laborais dos pais com a vida familiar, bem como de políticas que efectivamente combatam a precaridade laboral e a pobreza. Evocar os direitos da criança sem falar dos direitos dos pais é uma proclamação vazia, de que o envelhecimento da nossa população e os 2 milhões de portugueses em situação de pobreza e de exclusão social são a prova. A Assembleia Municipal de Espinho, reunida a 14 de junho de 2022, saúda todas as crianças do Concelho, lembrando que elas são o amanhã de Espinho e por isso o futuro que temos que construir.”

Não havendo intervenções, fez-se a votação tendo o documento sido aprovado por unanimidade.

José Dinis Pinto (BE) “Recomendação - Adesão do município à tarifa social automatizada da água: Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 147/2017, de 5 de dezembro, passou a ser possível atribuir automaticamente, às famílias com menos recursos, a tarifa social para os serviços de abastecimento de água, saneamento e águas residuais e gestão de resíduos. Para tal, basta que os órgãos políticos (Câmara e Assembleia Municipal) assim o deliberem. A actual legislação encerra em si mesma várias questões financeiras, jurídicas e políticas, revestindo-se da maior importância social neste momento em que mais uma crise económica e social se instala, devido à pandemia e à Guerra na Ucrânia. Aquilo que agora aqui se propõe e decide é a dispensabilidade de os agregados familiares requererem anualmente a sua atribuição, coligindo os necessários documentos comprovativos da sua condição de carência económica, passando a própria entidade pública, num sistema de informação partilhada entre a autarquia, a Direção-Geral das Autarquias Locais e a Autoridade Tributária, a sinalizar a priori essa situação de insuficiência das famílias e a atribuir a tarifa a que por lei lhes é direito. A este propósito, será justo salientar o papel que a ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos) tem tido na adaptação dos instrumentos normativos à legislação aplicável, muito em particular, a respeitante às tarifas sociais. Portanto, Senhoras e Senhores Vogais, a aplicação automática desta tarifa (sem necessidade de pedido ou requerimento) permitiria ampliar substancialmente o universo de beneficiários no Concelho de Espinho, dos actuais 208 utilizadores do tarifário social da água para mais de 2.300 famílias. A sua não aplicação é uma escolha política que injustamente penaliza mais de 90% dos possíveis beneficiários da medida. Cumpre-nos, pois, nesta Assembleia Municipal, a decisão de automatizar esta atribuição das tarifas sociais de abastecimento de água e



de serviços de saneamento e águas residuais, de acordo com o Decreto-Lei citado, alargando o seu âmbito objetivo à tarifa de gestão de resíduos, seguindo, aliás, uma recomendação do Regulador. Assim, a Assembleia Municipal de Espinho, reunida a 19 de Abril de 2022, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e do artigo 3.º, n.º 3 da Lei I-A/2020, de 19 de Março, delibera: - Que o Município de Espinho, através da acção do Executivo, concretize a atribuição automática do tarifário social aos utilizadores dos serviços de águas e resíduos, à semelhança do que acontece com a Tarifa Social Automatizada da Energia, que existe em decreto-lei, desde 2016, por proposta do Bloco de Esquerda; - Que todos os munícipes sejam devidamente informados, pelos serviços municipais, da existência destes recursos legais, garantindo que o seu usufruto não é vedado a ninguém pelo desconhecimento ou pelas agruras burocráticas que paralisam a demanda de quem vive em privação material.”

Presidente CME esclareceu que aquele trabalho já era feito no município, embora não de foram automatizada e que já tinha iniciado o procedimento prevendo-se a sua conclusão em breve

Não havendo intervenções, votou-se o documento que foi aprovado por unanimidade

Ponto 2. Deliberar sobre a 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal 2022;

Paulo Leite (PSD) disse que aquele tema poderia ser discutido de uma forma mais informada se o executivo municipal desse uma explicação sobre as alterações e as razões para o efeito.

Presidente CME esclareceu que as alterações, na esmagadora maioria, decorriam do novo organograma e passou a palavra à Vereadora Leonor Fonseca que referiu que aquela alteração mais não era do que uma adequação em função da reorganização do novo organograma, adequando-se as necessidades e os lugares à novas divisões, núcleos e departamentos.

Jorge Carvalho (CDU) referiu que estava à espera de uma explicação mais concreta, começando pelo voto contra dos vereadores do PSD que acusou o executivo de não saber fazer contas e do que iria gastar com o novo mapa de pessoal. Que era importante saber em quanto aquele novo mapa oneraria a situação de uma Câmara que já se queixava de ter ficado depauperada. Que naqueles anos todos, nunca votou

a favor de nenhum mapa de pessoal e hoje não seria exceção por entender que os mapas de pessoal correspondiam a arranjar justificção para as pessoas escolhidas, para proteger as pessoas com o mesmo cartão político, sendo que entendia que era o contrário do que devia ser feito. Que não entendia, como de repente, a Câmara Municipal precisava de 5 licenciados em direito. Que se juntou erradamente a educação e a cultura, o que significava que era para esquecer a cultura e que para chefe daquela divisão puseram um professor de ginástica, como para outras divisões em que as chefias tinham cursos que não eram adequados. Que a talassoterapia, rara no país, foi atribuída ao lazer e devia estar na saúde, devia ser uma aposta significativa.

Vereadora Leonor Fonseca esclareceu que a Câmara estava a trabalhar com uma única jurista que saiu por cedência de interesse público, tendo voltado um jurista, que já tinha exercido funções no município, para a Divisão Jurídica, mas devido à quantidade de trabalho, e a vontade do executivo em fazer o trabalho que se efetuava em sistema de avença externa, tinham de ter uma divisão capaz de assessorar o executivo nas suas decisões. Sobre as restantes questões, disse que tinham vários funcionários em cedência de interesse público e em licença sem vencimento e uma taxa grande de absentismo decorrente de baixas médicas, o que os levou a repensar a estrutura de reorganização dos serviços, com o reforço de pessoas capacitadas para o efeito. Disse que a pessoa que estava a chefiar a Divisão de Educação e Cultura era doutorada, com provas dadas no seu percurso académico e profissional.

Jorge Carvalho (CDU) disse que o mapa de pessoal não tinha nomes de pessoas, mas que em frente da posição tinha as habilitações respetivas e que se o nomeado para a Divisão de Educação e Cultura tivesse de sair, teria de ser substituído por um professor de ginástica. Disse que as Câmaras tinham vivido com menos licenciados em direito e que parecia-lhe exagerado a contratação de cinco.

Vereadora Leonor Fonseca esclareceu que o mapa de pessoal referia os recursos humanos que eram necessários afetar para as tarefas, mas não significava que os 5 lugares fossem todos preenchidos, embora fossem necessários, dada a complexidade dos assuntos a tratar e a sua quantidade, o executivo precisava de estar bem assessorado para tratar de todos os assuntos, e ainda da transferência das competências.



Presidente CME esclareceu que aquelas necessidades já estavam identificadas pelo executivo anterior e que o facto de estarem identificadas não significa que os lugares fossem todos ocupados.

Paulo Leite (PSD) disse que a explicação dada pelo executivo tinha sido paupérrima. Disse que o vogal Jorge Carvalho tinha razão quando referiu que se o nomeado para a Divisão de Educação e Cultura tivesse de sair teria de ser substituído por um professor de ginástica porque era o perfil que constava.

Presidente CME interrompeu e disse que aquela afirmação não correspondia à verdade.

Paulo Leite retomou a sua intervenção e disse que era verdade que existiam processos complexos e que deviam ser devidamente acompanhados, mas que tinham estado a assistir à entrada de mais e mais assessores e agora a mais lugares que não pareciam estar a coberto de uma verdadeira necessidade, mas a outro tipo de ações com o objetivo eventualmente de premiar alguém que tivesse feito um bom trabalho nos tempos da oposição, com um cargo de chefia ou mais acima na hierarquia da câmara municipal. Que se fizerem comparação de mapas houve incremento de dois chefes de departamento com remuneração de chefia de grau 1, cinco chefias de grau 3, tendo passado as chefias de grau 2, de 11 para 10 significando que houve aumento de despesas com pessoal dirigente e perguntou, para uma Câmara que se queixava de estar tão depauperada, qual era o aumento de custos com aquelas alterações. Fez notar que, no Gabinete de Apoio à Presidência, passou-se de 4 para 8 colaboradores e na proteção civil de 6 para 9 elementos.

Presidente da CME esclareceu que não eram admissões, mas que se tratava de mobilidade interna, e que na proteção civil, o serviço estava esvaziado de pessoas. Que tinham cerca de 75 mil euros retidos, porque no passado não deram respostas a entidades sobre alguns instrumentos de gestão territorial. Que a Câmara tinha conseguido, com a proteção civil, cobrir a costa, a tempo e horas com nadadores-salvadores. Que quando chegou à Câmara Municipal, encontrou técnico superior a vender bilhetes na Piscina Municipal, porque foi perseguido politicamente, o que considerava que era gerir mal a coisa pública. Que premiar e castigar tinha sido o que o executivo anterior tinha feito. Que a forma redutora que tinham em interpretar um organograma era de facto reveladora do atual estado das pessoas que tinham

obrigação de apresentar uma alternativa política, mas insistiam numa lógica de infantilização da política

Paulo Leite (PSD) protestou, lembrando que colocou a questão de quanto custava aquela alteração

Teixeira Lopes (PS) disse que quando era jovem, Portugal tinha carência de professores de educação física e a maioria das pessoas que davam aquela disciplina não tinham formação na área e que chamar professor de ginástica a alguém era impreciso, redutor e que as diversas licenciaturas em educação física e desporto eram globais sob o ponto de vista da educação. Citou alguns nomes de professores de educação física, que estavam muito longe de poderem ser classificados de professores de ginástica, como Melo de Carvalho, Noronha Feio, Sousa Santos, José Esteves, Jorge Bento, entre outros. Disse que o Chefe de Divisão de Educação e Cultura da Câmara não era apenas licenciada em educação física, mas tinha o doutoramento naquela área. Sobre o dinheiro que seria gasto, disse que no próximo orçamento seria conhecido e seria naquela altura que veriam o correto e o errado

Abel Santos (PSD) disse que de facto no mapa de pessoal não apareciam nomes e o debate não se devia ter pessoalizado. Que não tinham nenhuma reserva quanto aos professores de educação física, mas parecia-lhe que era errado constar do mapa de pessoal, relativamente às competências preferenciais, que a licenciatura devia ser em educação física. Relativamente ao número de juristas, precisavam de saber qual seria a dimensão financeira, uma vez que tinha impacto nas contas do município.

Presidente CME esclareceu que os concursos para dirigentes não podiam ser fechados para uma licenciatura em específico, por isso se falava em preferencialmente. Que em 2010, o organograma proposto era de 5 departamentos e 19 divisões, e que, apercebendo-se que não funcionava, foi alterado. Que quando começou as suas funções, a Câmara Municipal tinha 600 ramais por fazer, 30 fogos devolutos e considerava que isso sim tinha impacto nas contas. Que o organograma foi desenhado para darem resposta às novas necessidades e às imensas debilidades e disfuncionalidades dos serviços, com imensos processos pendentes. Que os espinhenses não percebiam por que motivo, durante anos, a cidade não foi devidamente cuidada e isso explicava-se pelas dificuldades financeiras, sendo que o executivo anterior não arranjou os passeios, as estradas, os jardins como devia, tendo



feito opções políticas que talvez não quisesse porque foi buscar financiamentos que estavam disponíveis. Que naquele momento já tinham alguns financiamentos para a requalificação da zona envolvente à Vila Manuela, já tinham aberto os concursos no âmbito das comunidades desfavorecidas e acrescentou que a saúde financeira do município era um desastre com um resultado líquido negativo de 1,2 M€. Que se verificarem que o organograma não funcionava, voltariam a alterá-lo.

Paulo Leite (PSD) protestou dizendo que todas as câmaras tinham de gerir economicamente a organização e que o PSD geriu uma dívida bem grande, tendo conseguido pagar praticamente metade da dívida herdada. Que, se os custos tenderem novamente a aumentar, a tendência da dívida também seria aumentar e a principal questão era saber qual o impacto financeiro daquela alteração. Que, nos últimos 12 anos, a cidade teve um desenvolvimento verdadeiro

Jorge Carvalho (CDU) protestou, dizendo que pela intervenção do Vogal Teixeira Lopes, ficou-se com a ideia de que a coisa mais importante no país era ser prof. de Educação Física e que todas as pessoas que ali citou, distinguiram-se pelo desporto, sendo duas áreas que se davam bem, e que Educação Física com outras áreas não significava que se dessem bem.

Votação: aprovado com 14 votos a favor, 10 votos contra e 1 abstenção.

Declaração de voto:

Paulo Leite (PSD): "o PSD vota contra porque não foi apresentado nenhum valor que nos dê nota de qual o custo desta alteração e também ainda não viram qualquer tipo de revisão orçamental e porque não tiveram resposta cabal quanto ao aumento de lugares que aqui foram apresentados e acima de tudo continuavam todos, Assembleia Municipal e espinhenses sem saber quanto mais custa esta alteração aos cofres do município."

Dada o adiantado da hora, a reunião foi dada por encerrada, tendo o Presidente da Mesa em exercício informado que se marcaria a sua continuação posteriormente, sendo os vogais devidamente informados.

As deliberações tomadas na presente reunião foram aprovadas em minuta, por unanimidade, ao abrigo do nº 3 do artigo 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, após a sua leitura pelo Presidente da Mesa da Assembleia.

Para constar e devidos efeitos, nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 61.º do Regimento, lavrou-se a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, e vai ser assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia e por mim, Isaura Maria Gomes Pinto da Rocha Gonçalves, funcionária municipal da Divisão de Jurídica e de Apoio à Administração, designada para o efeito, que a elaborei nos termos legais.

O Presidente da Assembleia Municipal

A Funcionária Municipal,
